

DOSSIÊ TEMÁTICO: “ALFABETIZAÇÃO E FORMAÇÃO DE PROFESSORES: LIMITES E PERSPECTIVAS”

Giovanna Rodrigues Cabral¹

Ilsa do Carmo Vieira Goulart²

Ludmila Magalhães Naves³

APRESENTAÇÃO

Este Dossiê intitulado *Alfabetização e Formação de Professores: limites e perspectivas* reuniu textos que trouxeram como temática central a alfabetização e a formação inicial ou continuada de professores alfabetizadores, no tocante ao acompanhamento de práticas pedagógicas, de investigação e monitoramento das políticas públicas e dos programas implantados para a área.

Nesse sentido, a discussão presente nos artigos que compõem o dossiê se relaciona aos discursos produzidos em relação às políticas de formação docente voltadas para as práticas de alfabetização e de letramento. Uma vertente dos discursos perpassa pela dimensão política dos processos educativos, entendendo que política pública se refere a “[...] tudo o que um governo faz e deixa de fazer, com todos os impactos de suas ações e de suas omissões” (AZEVEDO, 2003, p. 38).

Por isso, ao enveredar as discussões sobre a formação de professores alfabetizadores adentramos tanto no campo educacional das práticas de leitura e escrita, quanto nas políticas

¹ Graduada em Direito (2000) e Pedagogia (2001). Especialista em Gestão da Educação pública municipal (2016). Mestra em Educação pela Universidade Católica de Petrópolis (2010) e Doutora em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (2015). Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras.

² Estágio pós-doutoral na Universitat de Barcelona e na Universitat Autònoma de Barcelona. Doutora em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (2013). Mestre em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (2009). Graduada em Letras, pela Fundação de Ensino Superior do Vale do Sapucaí (1997). Professora do Departamento e Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Lavras.

³ Mestra em Educação pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, Especialista em Educação Infantil, Especialista em Arte Educação, Especialista em Educação Especial Inclusiva, Pedagoga e Bacharel em Administração. Professora do Departamento de Educação da Universidade Federal de Lavras e pesquisadora do Núcleo de Estudos em Linguagens Leitura e Escrita – NELLE/UFLA.

públicas que dizem respeito às decisões de um Governo (Federal, Estadual e Municipal) que têm incidência no âmbito das regulamentações e orientações dos sistemas educativos, enquanto espaço de ensino e aprendizagem sistemáticos. Tais decisões envolvem questões como: infraestrutura escolar, formação docente, carreira, valorização profissional, gestão escolar, currículo, financiamento, práticas pedagógicas, monitoramento, avaliação, entre outras

Visando superar os problemas relacionados ao aprendizado da leitura e escrita, medidas têm sido efetivadas tanto no âmbito nacional em relação à formação de professores alfabetizadores nas últimas décadas, como no âmbito das diferentes secretarias de Educação. Podemos mencionar a ampliação do Ensino Fundamental para nove anos de escolaridade; a instituição dos ciclos de aprendizagem; a regulamentação do ensino obrigatório dos 4 anos aos 17 anos; a definição dos três primeiros anos do Ensino Fundamental como o período destinado à alfabetização (PNE 2014/2024); o investimento na formação continuada de professores; a distribuição de materiais didáticos e pedagógicos voltados à alfabetização nas escolas; a criação de avaliação nacional da alfabetização; a ampliação do trabalho com leitura no ambiente familiar, entre outras. Tais medidas buscam combater as dificuldades registradas na alfabetização aferidas pelos resultados obtidos na Prova Brasil, que tem revelado nos últimos anos índices não satisfatórios obtidos pelos alunos em Língua Portuguesa ao final do 5º ano de escolaridade, refletindo um processo de alfabetização e letramento que não garante a apropriação do sistema de escrita alfabética, bem como as práticas de leitura e escrita básicas.

Mais recentemente, o Ministério da Educação lançou em 2019, a Política Nacional de Alfabetização que se trata de um conjunto de iniciativas que envolve a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a formação de professores, o protagonismo das redes e o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD).

Frente às diferentes ações que circundam o processo de formação de professores alfabetizadores, compõem o Dossiê Alfabetização estudos que estão em curso no cenário nacional e retratam as iniciativas propostas no âmbito dessa política que busca a qualificação da alfabetização no país. Para atender à demanda existente de qualidade na alfabetização como direito inalienável, emergem novas exigências pela formação inicial em nível superior preconizadas pelas Diretrizes Nacionais de Formação de Professores, bem como demanda um

grande aparato de formação orientada e continuada na perspectiva de instituir um sistema nacional de educação (GATTI; BARRETO e ANDRÉ, 2011).

As iniciativas de formação docente, inicial e continuada, emergem no cenário nacional com o propósito de qualificar a atuação do professor, visando a melhoria da prática educativa e, conseqüentemente, a melhoria da qualidade da educação básica. Por isso, o professor se mostra como o centro do processo para a conquista de uma prática docente qualificada, que expressa a sua identidade e profissionalidade.

Se, no processo de formação docente, a centralidade que se espera encontra-se na pessoa do professor, essa perspectiva possibilita sublinhar a importância de compreendê-lo como sujeito de saberes, construtor de sua própria história nas experiências vividas, na sua formação e profissionalização. Diante disso, as ações formativas precisam compreender “[...] o significado do desenvolvimento pessoal no processo profissional do trabalho docente” (SOUZA, 2016, p. 26).

O trabalho docente, no cotidiano do fazer pedagógico, em meio ao planejamento e ações de aplicabilidade, constitui-se impregnado de “[...] um saber plural e temporal [...]” (TARDIF, 2014, p. 19). O que se refere a uma sabedoria que demarca o fazer docente por meio de posturas, de percepções e de ações pedagógicas diferenciadas, trata-se de um saber não somente conceitual, mas de um saber adquirido no contexto de sua história de vida, de sua formação e de sua atuação profissional. Assim, no exercício do fazer pedagógico, o professor mobiliza diferentes saberes que são definidos por Tardif (2014, p. 36) “[...] pelo amálgama, mais ou menos coerente, de saberes oriundos da formação profissional e de saberes disciplinares, curriculares e experienciais”.

Ao entender a formação docente como um processo de ensino e aprendizagem, que se elabora e reelabora no exercício da prática docente, determinados pelo amálgama de saberes, experiências anteriores que se juntam a novos saberes, novas experiências com os quais estabelecem relações num movimento contínuo e dinâmico, compreendemos o professor como sujeito ativo e constante, marcado também pelo processo de aprendizado.

Desse modo, esse professor em formação já sabe o que é o ensino, o que é ensinar, decorrente de sua história escolar anterior, ou seja, de sua própria vivência como estudante. Existe um saber herdado, demarcado por uma experiência escolar prévia, tais vivências são recuperadas seja em ações ou em modos de perceber a realidade educativa, que pode persistir

“[...] através do tempo e que a formação universitária, não consegue transformá-lo nem muito menos abalá-lo” (TARDIF, 2014, p. 20)

Nessa direção, a formação docente depara-se com a ideia de temporalidade do saber, no entanto, isso não significa que uma história escolar ou familiar prevaleça sobre um saber científico, mas antes diferentes saberes se correlacionam e se interagem produzindo outros novos saberes, em que as ações podem ser construídas e reconstruídas em contato com as circunstâncias do agir docente, o que se mostra um movimento dinâmico e constante em que a carreira docente está “[...] compreendida como um processo temporal marcado pela construção do saber profissional” (TARDIF, 2014, p. 20).

Este movimento dinâmico da formação docente se constitui nas relações humanas, que irá exigir um novo olhar a partir da realidade educativa a qual está inserido, visto que “[...] não há docência sem discência, as duas se explicam e seus sujeitos, apesar das diferenças que os conotam, não se reduzem à condição de objeto, um do outro. Quem ensina aprende ao ensinar e quem aprende ensina ao aprender” (FREIRE, 1996, p. 23).

Ao compreendermos que a formação do professor se mobiliza tanto pelas políticas e propostas de formação inicial e continuada, quanto pelas relações construídas no contexto escolar, na troca de saberes entre pares, nas experiências com o contexto educativo, reconhecemos o professor alfabetizador como um sujeito que aprende tanto quanto ensina, e por isso encontra-se em constante relação com diferentes saberes; saberes que o constitui como sujeito único e singular e, ao mesmo tempo, múltiplo e plural.

Referências

AZEVEDO, Sérgio de. Políticas públicas: discutindo modelos e alguns problemas de implementação. In: SANTOS JÚNIOR, Orlando A. Dos (et. al.). **Políticas públicas e gestão local**: programa interdisciplinar de capacitação de conselheiros municipais. Rio de Janeiro: FASE, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/> Acesso em: 09 de maio de 2022.

BRASIL. **Decreto n. 9.765**, de 11 de abril de 2019. Institui a Política Nacional de Alfabetização. Brasília, DF: Presidência da República, 2019.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

GATTI, Bernardete Angelina; BARRETO, Elba Siqueira de Sá; ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Políticas docentes no Brasil: um estado da arte**. Brasília: UNESCO, 2011.

TARDIF, Maurice. **Saberes docentes e formação profissional**. 12. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.